

Luis Napoleão Feitosa



POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - 2007

**DESAFIOS DA LOGÍSTICA EM UM COMANDO
HUMANO, COMUNITÁRIO E SISTÊMICO**





Luis Napoleão Feitosa
Coronel da PMCE

Luis Napoleão Feitosa é Coronel Veterano da Polícia Militar do Ceará. Possui Bacharelado em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó, Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Ceará e Teologia pela Faculdade de Educação Teológica. Pós-graduado em Direito Penal e Processual pela Faculdade Anhangueira Educacional/PR. Em sua carreira na gloriosa Polícia Militar do Ceará pautou as suas ações na humanização e aperfeiçoamento dos processos administrativos que, vez outra, exigia desmistificar estereótipos e inovar intenções nem sempre compreendidas. Esta obra trata de um momento marcante em sua carreira e pode bem servir como um registro memorial, lição de liderança ou mesmo uma dedicatória ao seu grande líder e mestre da arte da liderança Cel. QOPM Veterano Adail Bessa de Queiroz. A bem da verdade esta obra é tudo isso e serve como pequeno apêndice histórico à gloriosa Polícia Militar do Ceará.

Apoio Cultural:



POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - 2007

DESAFIOS DA LOGÍSTICA EM UM COMANDO HUMANO, COMUNITÁRIO E SISTÊMICO





Série
Segurança Pública
Direito e Justiça Brasileira

Diretores da série

Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié

Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior

Prof. Francisco José R. Abreu

Comitê Científico

Dra. Dawn Duke

University Tennessee/ EUA

Dr. Estanislau Ferreira Bié

Universidade Federal da Bahia-UFBA

Dr. Jectan Vital de Oliveira

Universidade de Coimbra - UC

Dr. Henrique Cunha Júnior

Universidade Federal da Bahia -UFBA

Dra. Maria Sílvia Bacila

Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR

Dr. Ricardo Rodrigues Catanho de Sena

Universidade Estadual do Ceará - UECE

POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - 2007

DESAFIOS DA LOGÍSTICA EM UM COMANDO HUMANO, COMUNITÁRIO E SISTÊMICO

Luis Napoleão Feitosa

(Autor)



Editora Via Dourada

Fortaleza - Ceará

2025

Diagramação: Estanislau Ferreira Bié

Capa: Estanislau Ferreira Bié



Todos os livros publicados pela Editora Via Dourada estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Série Segurança pública, direito e justiça brasileira - 32

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação elaborada por F. Jose R. Abreu CRB 3/1725

FEITOSA, Luis Napoleão.

Polícia Militar do Ceará - 2007: Desafios da logística em um comando humano, comunitário e sistêmico [recurso físico] / Luis Napoleão Feitosa (Autor) -- Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2025.

54p.

ISBN - 978-65-89622-92-5

Disponível em: <http://www.editoraviadourada.org>

1. PMCE; 2. Desafios da logística; 3. Comando humano; 4. Comunitário; 4. Sistêmico;
I. Título. II. Série

CDD 350

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência militar e administração pública 350

SUMÁRIO

PROLEGÔMENO	9
APRESENTAÇÃO DO LIVRO	9
APRESENTAÇÃO DA SÉRIE	13
DEDICATÓRIAS	15
AGRADECIMENTOS	17
CAPÍTULO 1	19
MANUAL DE SUGESTÕES PARA A INSTITUIÇÃO	
1 ANÁLISE	19
2 OBJETIVO GERAL	20
3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
4 NECESSIDADES DOS SERVIÇOS E ATOS CONEXOS	21
5 EIXO 1 – DA LOGÍSTICA	24
5.1 SEÇÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO	27
5.2 CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO	28
5.3 RESERVA DE ARMAMENTO	28
5.4 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	30
5.5 SEÇÃO DE PATRIMÔNIO	31
5.6 SEÇÃO DE TRANSPORTES E COMBUS-	

TÍVEL (DAL/2)	31
5.7 ALMOXARIFADO GERAL	33
6 EIXO 2 COMUNICAÇÃO SOCIAL	34
7 EIXO 3 ORÇAMENTO E FINANÇAS	35
8 EIXO 4 - SAÚDE	37
9 EIXO 5 - CONTROLE INTERNO	37
10 EIXO 6 - MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA	45
11 EIXO 7 - VISÃO DO CLIENTE	46
12 EQUIPE ELABORADORA	56
13 DISTRIBUIÇÃO	56

PROLEGÔMENO

À guisa dos memorialistas, esta obra pode parecer deslocada ao desafiar o prelo e alcançar as prateleiras das referências históricas da corporação. Contudo, carrega um elemento essencial: a compreensão das instituições de segurança pública, seus meandros doutrinários e práticas, dentro da série “**Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira**”.

Neste contexto, deparamo-nos com o anseio de um jovem oficial superior que, nutrindo profundo apreço pela corporação que abraçou ainda menino, buscou implementar inovações – um verdadeiro exemplo da **liturgia do heroísmo**, um epíteto poético para o serviço policial. Este documento transcende a mera descrição técnica e administrativa; ele representa um marco reflexivo sobre os rumos da **Polícia Militar do Ceará (PMCE)** naquele período.

Esta introdução se faz necessária para situar a obra em seu tempo e ressaltar sua importância para o presente. **Em 2007**, ano de sua compilação, a Corporação iniciava um processo de modernização, vivenciando o encontro de duas gerações de oficiais. A primeira, formada por aqueles que ingressaram nos anos **1980**, impulsionada por uma reestruturação no ensino e pela valorização da carreira policial, com a perspectiva de alcançar o bacharelado. A segunda, formada pelos neófitos da segunda

metade dos anos **1990**, profundamente influenciada pelos debates sobre **direitos humanos nas instituições de segurança pública** e pela crescente modernização tecnológica.

O autor, pertencente à primeira geração e com o apoio dos oficiais da segunda, sistematizou uma análise estratégica que permite à sociedade contemporânea um retrato fiel da PMCE daquele período. Isso se deve, sobretudo, ao papel **central da gestão logística**, essencial para a eficiência operacional da corporação e para a prestação qualificada de serviços à sociedade.

Elaborado entre abril e junho de **2007**, este relatório representa um esforço significativo de diagnóstico e planejamento estratégico, identificando desafios e propondo soluções para aprimorar os processos internos da **Diretoria de Apoio Logístico (DAL)** – posteriormente **Comando Logístico da PMCE (COLOG)** – e, por consequência, fortalecer toda a estrutura organizacional da corporação. Diante das dificuldades financeiras, da necessidade de modernização dos recursos e do desgaste natural dos ambientes físicos e equipamentos, o documento propõe **a informatização dos processos, a otimização do trabalho e, sobretudo, a valorização dos militares**. Além disso, destaca a necessidade de **uma reestruturação ética e comportamental**, promovendo condutas alinhadas aos princípios de **lealdade e fidelidade institucional**.

O relatório estabelece **padrões operacionais eficientes, mecanismos de avaliação e controle** e recomenda o fortalecimento de parcerias estratégicas com

instituições públicas e privadas. Entre as ações sugeridas, destacam-se **a elaboração de um manual de procedimentos, a modernização dos sistemas de dados e a implementação de um plano de treinamento** para os recursos humanos.

A estrutura do documento se organiza em sete eixos principais, cada um trazendo diretrizes fundamentais para o aprimoramento da gestão logística da corporação e para o fortalecimento de sua credibilidade perante a sociedade. Embora inicialmente direcionadas à modernização da DAL, as propostas extrapolam esse escopo e impactam a corporação de maneira **ampla e transformadora**, promovendo a **humanização dos agentes de segurança pública**.

O **Eixo 1 – Logística**, dividido em sete seções, foi responsável por organizar as demandas críticas da infraestrutura policial. Algumas das propostas foram implementadas ao longo dos anos, como a **modernização do prédio**, que ocorreu nos últimos cinco anos, e a **descentralização do serviço de abastecimento**, que na época era limitado às bombas do DAL, 5º BPM e 6º BPM.

O **Eixo 2 – Comunicação** trouxe iniciativas como **campanhas educativas, abertura das unidades para visitação e produção de conteúdo informativo**. Embora a era digital tenha transformado a comunicação institucional, os princípios estabelecidos no relatório permanecem relevantes, refletindo práticas de aproximação com a sociedade, como **cartilhas educativas e boletins informativos**.

Já o **Eixo 3 – Saúde** se mantém atual, sobretudo com

a recente reestruturação do Hospital da Polícia Militar após um longo período de inatividade. As propostas de **expansão do plano de saúde, parcerias hospitalares e descentralização da perícia médica** continuam presentes na agenda institucional, especialmente no que tange à assistência dos militares estaduais do interior.

Nos demais eixos, muitos avanços foram conquistados – alguns impulsionados pela **modernização natural da sociedade**, outros por **força política**, como as melhorias **salariais** e as **promoções realizadas em 2012 e 2015**. À época, o relatório propunha **um modelo abrangente de modernização e fortalecimento da PMCE**, garantindo melhor assistência ao efetivo e promovendo uma relação mais transparente com a sociedade.

No entanto, **um fator crucial ainda carece de atenção** e se manifesta como **fundamental para a evolução da Corporação: a qualificação profissional**. Entre as mais de **50 sugestões** contidas no relatório do Ten-Cel Napoleão Feitosa, **15 estão diretamente voltadas para a formação profissional**, abrangendo **medidas de reconhecimento do mérito e valorização do efetivo**. Em entrevista ao autor para incorporação desta obra à série depreendeu-se que a pauta da qualificação e projetos de valorização associados revelaram **uma pauta negligenciada** pelo Governo do Ceará: **o nivelamento da qualificação profissional na PMCE aos padrões de graduação e pós-graduação do Sistema Nacional de Ensino**, concomitante ao nivelamento proporcional dos vencimentos compatíveis dentro dos seus respectivos postos e graduações.

Essa demanda, que remonta aos debates travados pelo próprio Ten-Cel Napoleão Feitosa ainda cadete na **Academia de Polícia Militar Edgard Facó**, tornou-se uma bandeira solitária ao longo de sua trajetória, compartilhada apenas por alguns inconformados com o tema.

Ao reunir esses elementos em um planejamento estruturado, o documento se alinha ao mote lançado pelo **Comandante-Geral da época, Cel Adail Bessa de Queiroz: “Segurança Pública Humana, Comunitária e Sistêmica”**. As sugestões propostas contemplavam **desde a gestão logística até a valorização dos militares**, permitindo uma ampla **reformulação institucional**.

Porém, uma análise honesta revela que algumas dessas medidas ainda não foram plenamente concretizadas e permanecem **contemporâneas**, necessitando de adaptações para os desafios atuais. Dentre elas, **o nivelamento dos cursos de formação e aperfeiçoamento de oficiais** para incluir **bacharelado, mestrado e doutorado**, bem como a **revisão da legislação de promoções**, incorporando mecanismos de mérito que **possam impulsionar a motivação do efetivo**.

Assim, a **atualização dessas propostas não apenas reforçaria os avanços já alcançados**, mas também permitiria à PMCE consolidar um ambiente de trabalho mais equilibrado e oferecer um serviço mais qualificado à sociedade.

Francisco José Ribeiro de Abreu

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Luis Napoleão Feitosa

*“Raça de fortes, povo de bravos Radiosa terra
do nosso amor Jamais quiseste, filhos
escravos Nós mostraremos o teu valor”*

"Refrão da Canção da PMCE"



CEL RR PMCE Luis Napoleão Feitosa

O presente trabalho, elaborado por este Subdiretor com o apoio de alguns integrantes da DAL, tem por finalidade expor ao comando da PMCE, as nossas necessidades, através dos problemas identificados, destacando com muito orgulho as nossas sugestões, que após uma minuciosa pesquisa, resultou neste estudo que deu ênfase aos aspectos relacionados às causas e conseqüências destas, e foi nessa vertente que conduzi o presente trabalho.

Também busquei emergir algumas idéias semelhantes às citadas na Monografia sobre o tema: Arbítrio, a Ilegalidade e a Omissão na atual legislação da PMCE de

autoria de V.S^a. e do então Cap PM Zenóbio, apresentada durante o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais realizado no ano de 1995 na APMGEF.

Temos a certeza de que com a conclusão deste Projeto e contando com o valoroso apoio desse comando, poderemos contribuir mais ainda para o fortalecimento da parceria já existente com as Unidades e Subunidades, estabelecendo um ambiente salutar e de convivência mútua.

A Diretoria de Apoio Logístico, criada pela Lei Estadual nº 10.145, de 29/11/1978, localiza-se na Av. Gen. Alípio dos Santos s/nº, Bairro Olavo Oliveira, nesta capital, além das diversas atribuições que lhe compete destacamos as seguintes:

1 – Assessorar o Comando Geral da PMCE, no que diz respeito à Logística;

2 – Planejar, controlar e coordenar todas as necessidades relativas ao material bélico e não bélico:

a) Armamento;

b) Viaturas e Motomecanização;

c) Radiocomunicação;

d) Alimentação;

e) Bens patrimoniais e materiais de consumo.

3 – Atuar como agente facilitador e articulador das pretensões das OPMs junto as autoridades da área da Segurança Pública (Cmt de Batalhão, Cia e Grande Comando), visando uma solução mais rápida dos diversos problemas.

4 – Outrossim, esta experiência apresentada através

deste projeto, pretende resgatar a confiança e a adesão dos que dependem exclusivamente de nossa Diretoria.

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Estanislau Ferreira Bié¹



2º TEN QOAPM Estanislau Ferreira Bié
Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil

Uma nova abordagem revolucionária silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira” emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da

Segurança Pública Estadual. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade sejam com-

¹ Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil (ABFIP/ONU); Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Bahia - UFBA; Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE; Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE; Ciências da educação; pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE; Bacharel em Teologia pelo UNINTA; Bacharel em Serviço Social pelo UNIBTA; Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura em História pelo UNINTA e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Aprovado no concurso para Soldado de Fileira da Polícia Militar do Ceará - PMCE, no ano de 1989. Atualmente ocupa o posto de 2º Tenente QOAPMCE, lotado na 2ª CPG/ALECE. Atua como professor na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, Editor da Editora Via Dourada, Diretor da Série Segurança pública direito e justiça brasileira. Publicou mais de 100 livros em diferentes áreas de conhecimento, como autor/coautor e/ ou organizador.

partilhados. Parte dessa produção é fruto da lida acadêmica, mas outra parte advém da busca que policiais e bombeiros militares, policiais civis e peritos forenses, policiais penais e operadores do direito, dentre outros profissionais de encontrar meios de expressarem os dilemas do cotidiano e contribuir para o aperfeiçoamento das suas instituições e, encontraram na metodologia e no rigor científico a chave para dialogar com a sociedade.

Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira”.

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho ao Cel. PM Adail Bessa de Queiroz, grande líder que está sabendo conduzir nossos destinos nesta PMCE, com uma Segurança Pública Humana, Comunitária e Sistêmica neste Estado.

Aos meus pais Nilo Feitosa e Leonor Leão Feitosa (in memoriam), exemplos extraordinários que nos inspiram como grandes servos de Deus.

A minha esposa Vilani e a minha filha Maria Luisa, pelo amor que me dedicam, mantendo vivo o espírito de alegria e respeito mútuo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pelas orientações de como suportar os momentos difíceis.

Ao Cel PM Domingos e aos meus auxiliares Maj A. Cavalcante, Maj Bernardo, Maj Ronaldo Souza, Cap Evi-
lácio, Cap Martins, Cap Ferreira, Cap Elizabeth, Cap Mon-
tenegro, Cap PM Oliveira, Cap Heron, Ten PM Marques,
Ten PM Wagner Souza, 1º Sgt PM Jorge e a todos os nos-
sos familiares, pelo apoio e incentivo ao nosso trabalho
em todos os momentos.

As Unidades e Subunidades da PMCE, pelos exem-
plos que nos transmitem de como se deve fazer o serviço
de Polícia com os meios mínimos e necessários disponí-
veis.

CAPÍTULO 1

MANUAL DE SUGESTÕES PARA A INSTITUIÇÃO

1 ANÁLISE

A presente análise foi realizada no período compreendido entre os dias 14/04/2007 a 30/06/2007, por este oficial com o apoio dos integrantes da Diretoria de Apoio Logístico da PMCE, para principalmente identificar as dificuldades, necessidades, reaparelhamento, modernização, otimização, reengenharia, layout, adequação legal e outras condutas necessárias para o exercício das atividades, com o intuito de tornar o ambiente, o trabalho e as pessoas eficazes, principalmente com relação ao grau de dificuldade financeira, motivacional e outras de grandezas objetivas e subjetivas que prejudicam a gestão dos diversos recursos, meios e processos, e observando o passado e o presente, possamos estabelecer um cenário futuro, corrigindo sempre que for necessário.

A análise identificou também os seguintes fatos decorrentes:

- a) O desgaste natural de utilização do ambiente físico, viatura, mobiliários e equipamentos, etc.;
- b) Algumas condutas ortodoxas e inadequadas;

- c) A necessidade de oxigenação e potencialização dos recursos humanos;
- d) A necessidade de adequação às novas tecnologias disponíveis na sociedade, para atender aos públicos externo e interno;
- e) A inexistência de planos e rotinas formais, escritas utilizando-se da metodologia da execução, fiscalização, controle e avaliação.

2 OBJETIVO GERAL

Nortear a execução estratégica das atividades da Diretoria de Apoio Logístico e ampliando a toda a Corporação, neste Primeiro Semestre de 2007, disciplinando e padronizando as condutas de trabalho, melhorias, modernização, ajustes, consolidação e continuidade dos serviços, a fim de obter com maior intensidade a credibilidade da PMCE junto às OPMs e estas para com a sociedade, com um trabalho sério e voltado para seus anseios.

Nas sugestões abaixo mencionadas, as que estiverem no raio de competência da Diretoria de Apoio Logístico, após aprovação desse Comando Geral, serão providenciados os respectivos Projetos Básicos, e as outras serão encaminhadas para os canais competentes para conhecimento e medidas necessárias.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir prioridades com qualificação;

- Informatizar e tecnificar os equipamentos;
- Estabelecer padrões éticos (lealdade e fidelidade) comportamentais e legais;
- Ajustar e otimizar trabalhos;
- Assessorar positivamente o Comando Geral;
- Planejar e executar projetos;
- Incrementar parcerias;
- Motivar os Recursos Humanos, valorizando-os em primeiro lugar;
- Liderar e gerir a DAL/PMCE com uma metodologia moderna.

4 NECESSIDADES DOS SERVIÇOS E ATOS CONEXOS

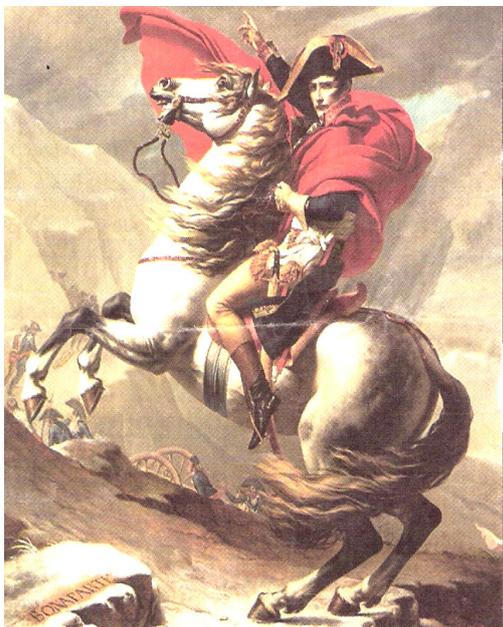
A) A SEREM EXECUTADOS:

- 1 – Elaborar manual padrão de procedimento, atribuições e normalização DAL/PMCE, (projeto a ser elaborado);
- 2 – Elaborar plano de Instrução e Treinamento do RRHH da DAL/PMCE;
- 3 – Implantar na sede de cada Unidade um sistema de avaliação da DAL pelas Unidades e Subunidades, através de urnas;
- 4 – Criar um Banco de Dados atualizado com as relações dos telefones, endereços, e-mails, dessas OPMs e de todos os fornecedores da PMCE;

- 5 – Implantar o mapa diário de execução de tarefas e conquistas;
- 6 – Conservar e melhorar a qualidade dos serviços das viaturas administrativas e operacionais existentes na DAL;
- 7 – Trabalhar integrado com as demais OPMs da PMCE, mas, principalmente, com o Gabinete do Comando Geral, a Coordenadoria Geral Administrativa, 6ª EMG, DF, CPRv e Licitação, bem como fortalecer parcerias com DERT, DETRAN e Coordenadoria da Administração e Finanças da SSPDS e estabelecer outras com Instituições do Estado, como Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público, Governos Municipais, Imprensa, ONG's, etc.;
- 8 – Criar um banco de dados com nomes de voluntários, prestadores de serviços, fornecedores, técnicos em segurança pública e colaboradores da DAL/PMCE;
- 9 – Produzir as informações e confeccionar os relatórios da Logística / DAL da PMCE;
- 10 – Manter atualizada a carga permanente da PMCE em um banco de dados, registrando as descargas, tombamentos, transferência, etc. e seu acompanhamento;
- 11 – Catalogar todas as coletâneas de legislações da PMCE referente a logística;
- 12 – Reorganizar o arquivo, inclusive dotando-o de índice geral, destinando material inservível para incineração;

- 13 – Criar e organizar o mapa de material de consumo - expediente da DAL/PMCE;
- 14 – Orientar os Comandantes de Unidades, Subunidades e Pelotões para envidar esforços, no sentido de como usar, zelar, cuidar e dar manutenção aos mobiliários, móveis e viaturas da PMCE;
- 15 – Orientar os Comandantes de Unidades, Subunidades e Pelotões para se empenharem, no sentido de trazerem todas as suas demandas para esta Diretoria de uma só vez, evitando retirar vários PMs e viaturas do serviço quase ao mesmo tempo, como vem ocorrendo. Um PM traz as solicitações e depois de despachadas pelo Diretor da DAL, as leva para serem distribuídas dentre os interessados na OPM de origem, a qual fiscaliza para que cada uma das viaturas nos seja apresentada de forma alternada; Destarte, apresentamos, também a esse Comando outras sugestões institucionais através deste manual, divididas por eixos que, dentro do possível, poderão ser observadas, com o objetivo de atender à algumas das expectativas do nosso efetivo.

5 EIXO 1 – DA LOGÍSTICA



**“Ganha a guerra quem tiver a melhor
Logística”
(Napoleão Bonaparte)**

5.1 SEÇÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO.

5.1.1 – Montar um sistema de câmera circundando a oficina sendo controlado pela Guarda do Quartel, haja vista, a alta vulnerabilidade de nosso prédio ante um ataque de bandidos, como ocorre corriqueiramente no Rio de Janeiro, inclusive contra quartéis das FFAA. Temos uma OPM rodeada por duplex (residências) facilitando a visão interna do Quartel. Bandidos podem morar nesses duplex e há informes de que alguns indivíduos que tiveram participação no furto ao Banco Central deste país poderão ser vizinhos de nossa Diretoria;

5.1.2 – Cursos para oficiais e praças sobre como elaborar projetos básicos, bem como sobre a técnica de manutenção das novas viaturas, que esta Instituição está tentando comprar. E o equipamento necessário para fazer a manutenção dessas viaturas;

5.1.3 – Ativação e manutenção da máquina de alinhamento e balanceamento (compra de material necessário);

5.1.4 – Reativação da borracharia com a instalação de um calibrador de pneus;

5.1.5 – Instalação de um calibrador de pneus junto às bombas de combustíveis (5º BPM, 6º BPM e DAL), objetivando uma maior durabilidade dos pneus e economia do consumo de combustível;

5.1.6 – Aquisição de material mecatrônico, para o serviço de injeção eletrônica;

1.1.7 – Reposição do efetivo da oficina com vistas à continuação do serviço aqui prestado, haja vista a iminência do atual recurso humano existente, a curto e médio prazo, ir para a reserva;

5.1.8 – Aquisição junto aos Órgãos competentes de um guincho do tipo “prancha”, haja vista o

atual guincho a serviço da Instituição, encontrar-se obsoleto;

5.1.9 – Recuperação das estruturas sanitárias;

5.1.10 – Recuperação da estrutura física do galpão inferior (alvenaria e telhado);

5.1.11 – Realização de Cursos Profissionalizantes para a atualização de conhecimento dos mecânicos para a realização de serviços ora feitos em oficinas terceirizadas, haja vista a modernização da frota veicular da Corporação (qualificação profissional em mecânica de autos, mecânica elétrica e eletrônica, mecânica de diesel e informática);

5.1.12 – Aquisição de equipamentos para a realização das manutenções;

5.1.13 – Reativação e Manutenção do dique e lava-jato;

5.1.14 – Reforma das salas e aquisição de armários;

5.1.15 – Reativação do setor de solda e pintura de autos;

5.1.16 – Aquisição de ferramentas básicas para o

serviço diário;

5.1.17 – Manutenção periódica dos elevadores de carro (“elevacar”);

5.1.18 – Aquisição de batas e/ou macacões curtos e borzeguim para uniformizar os integrantes da Seção, diferenciando-os dos demais;

5.1.19 – Construção de um ginásio coberto cercado por um forte alambrado, para proteger a oficina de furtos, roubos e das intempéries.

5.2 CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO.

5.2.1 – Aquisição de 01 (um) caminhão tipo furgão para facilitar as entregas semanais de gêneros alimentícios junto às OPMs da Corporação;

5.2.2 – Reforma geral nas câmaras frigoríficas que acondicionam os frios;

5.2.3 – Aquisição de 01 (uma) balança digital com capacidade para 100 kg;

5.2.4 – Aquisição de 01 (um) toldo para proteger as instalações da Central de Alimentação das intempéries.

5.3 RESERVA DE ARMAMENTO.

5.3.1 – Tendo em vista aos 173 (cento e setenta e três) anos de existência da gloriosa Polícia Militar do Ceará, e não dispor de um local adequado para o treinamento de tiro policial. Sugiro-vos, que seja construído em caráter emergencial no mínimo um pequeno STAND DE TIRO para teste de armas na Diretoria de Apoio Logístico e um de maiores proporções em cada uma das Unidades de Formação (APMGEF e CFAP);

5.3.2 – Aquisição de um computador com configurações atualizadas, para que possamos controlar com mais eficiência o acervo bélico da corporação;

5.3.3 – Aquisição de um torno mecânico, para facilitar a manutenção do material bélico.

5.4 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

5.4.1 – Considerando os vários pontos vulneráveis do Quartel da Diretoria de Apoio Logístico, faz-se necessária a instalação de um sistema de câmera circulando a OPM, haja vista, a fragilidade de nosso prédio ante um ataque de bandidos, como ocorre corriqueiramente no Rio de Janeiro, inclusive contra quartéis das FFAA. Somos um prédio

rodeado por duplex (residências) facilitando a visão interna do Quartel;

5.4.2 – Trabalho de sinalização vertical, através de placas contendo informação do tipo “Área Militar”. Realizar pintura luminosa em postes, sinalização horizontal (faixas de pedestres), placas de aproximação que indique a proximidade da DAL etc.;

5.4.3 – Trabalho arquitetônico de arborização da DAL (Parte Interna e Externa);

5.4.4 – Reforma do anexo da central de abastecimento com a construção de sala de aula, alojamento, sala de professores, hall de entrada e banheiros, para o curso de formação de soldados de fileiras;

5.4.5 – Camada asfáltica no pátio interno, sinalização vertical e horizontal;

5.4.6 – Construir um portão para este Quartel, aumentando a altura do muro em mais 01 (um) metro e/ou circundá-lo com uma cerca elétrica, tendo em vista os vários duplex construídos ao seu redor deixando-o vulnerável;

5.4.7 – Reforma nos alojamentos dos Cabos e

Soldados, principalmente, na instalação sanitária (esgoto).

5.5 SEÇÃO DE PATRIMÔNIO.

5.5.1 – Que seja determinado pelo Ilm^o Sr. Comandante Geral as seguinte proibições:

a) Transferência de bens (mobiliários, equipamentos de informática, etc.) de uma OPM para outra, bem como, de seção para seção. Para que possamos ter controle maior sobre os bens;

b) Envio de materiais descarregados para a DAL, haja vista, não dispormos de espaço físico para tal propósito. Excetuando o envio de material bélico;

c) Recebimento de doações sem a devida nota fiscal do produto doado, haja vista, o risco de recebermos produto com procedência duvidosa;

d) Doação de material descarregado pela Corporação, tanto ao público externo como ao interno, haja vista, existir o Depósito Público Estadual de materiais inservíveis para tal fim;

5.5.2 – Quando se tratar do assunto de material inservível proceda-se da seguinte forma:

a) Elaboração da minuta de Portaria de Descarga

de Material, com a participação de três oficiais e uma praça; sendo nomeados oficiais da própria OPM que solicita a descarga, juntamente com pelo menos um oficial pertencente à DAL;

b) Após a publicação em BCG, a comissão fará o Termo de Exame e Averiguação de Descarga do Material, onde constará na conclusão final o parecer da comissão com suas respectivas assinaturas;

c) A Diretoria de Apoio Logístico enviará ao Comando Geral, o parecer da comissão contido no referido Termo, para aprovação final do processo;

d) Ao término do processo de descarga, a própria Unidade interessada, informará mediante ofício ao Chefe do Patrimônio Geral da Secretaria da Administração do Estado – SEAD, o qual providenciará o recolhimento do material descarregado ao Depósito Público do Estado.

5.6 SEÇÃO DE TRANSPORTES E COMBUSTÍVEL (DAL/2).

5.6.1 – Sistema / Programa informatizado de um banco de dados, para fins de registros das viaturas da carga da PMCE, desde o recebimento até

sua descarga;

5.6.2 – Regulamentação do Setor de Transportes, quanto ao cadastro, controle, e distribuição de material bélico (viaturas), criando assim, uma linha única de administração. Evitando que o Comandante da OPM leve consigo a viatura para todos os lugares para onde ele for transferido;

5.6.3 – Capacitação dos nossos PMs que trabalham na atividade meio, principalmente nas OPMs (DAL, DF, DP, CGA, etc.) ligadas a administração pública, evitando que por falta de conhecimento suas ações colidam com as normas administrativas dos Órgãos Públicos de Controle (TCE, SECON, TCU, etc.);

5.6.4 – Interatividade total com Coordenadoria de Administração e Finanças da SSPDS, quanto ao recebimento, controle e distribuição de viaturas destinadas à PMCE, ficando o setor de transporte inteiramente responsável pelos procedimentos acima, evitando assim que tais veículos sejam entregues diretamente aos detentores sem que passem pelo setor competente;

5.6.5 – Necessidade de uma viatura nova para uso exclusivo do Setor de Transportes (deslocamentos para efetivação de inspeções e fiscalizações

junto as Unidade detentoras de viaturas);

5.6.6 – Implantação de um CURSO DE MOTORISTA TÁTICO OPERACIONAL, a ser adicionado aos critérios já existentes para autorização a dirigir e/ou pilotar viaturas da PM, tornando-o obrigatório nas futuras Formações de Policiais Militares, ficando assim de acordo com o Art. 145, inciso IV do Código de Trânsito Brasileiro, Resolução nº 168/2004 – CONTRAN, Art. 33;

5.6.7 – Para uma melhor fiscalização e controle nas bases de combustível da Polícia Militar, sugerimos a troca das bombas mecânicas por bombas digitais, que possuem maior precisão e dificulta desvio de combustível, bem como, uma implantação de câmeras nas bases, para monitoramento diuturnamente;

5.6.8 – Implantação da gratificação de “periculosidade” nos vencimentos dos PMs que trabalham diretamente com material inflamável.

5.7 ALMOXARIFADO GERAL.

5.7.1 – Montar um sistema de câmera circundando o Almojarifado Geral sendo controlado pela Guarda do Quartel, haja vista, a alta vulnerabilidade de nosso prédio ante um ataque de ban-

didados, como ocorre corriqueiramente no Rio de Janeiro, inclusive contra quartéis das FFAA. Somos um prédio rodeado de duplex (residências) facilitando a visão interna do Quartel. Bandidos podem morar nesses duplex e há informes de que alguns envolvidos no roubo ao Banco Central do Brasil poderão ser vizinhos de nosso Quartel;

5.7.2 – Implantação da gratificação de “insalubridade” nos vencimentos dos PMs que trabalham diretamente com material tóxico (inalação da fumaça liberada quando estamos ferrando os pneus);

5.7.3 – Construção de uma ante-sala para uso dos PMs.

6 EIXO 2 – COMUNICAÇÃO SOCIAL

6.1 – Realizar campanhas educativas para o cidadão quanto ao bom uso da Instituição, centralizando as entrevistas no Comandante Geral da PMCE, no Relações Públicas da PMCE, e, quando autorizados, nos Cmts de OPM para a mídia;

6.2 – Abertura de todas as unidades e subunidades para visita de alunos de escolas públicas e particulares, com a assistência dos PMs da Ronda Escolar;

6.3 – Especialização em cursos externos gerenciados pela DE, para oficiais e praças que atuam na área de Comunicação Social, Relações Humanas, Recursos Humanos, Jornalismo, Direitos Humanos, etc.;

6.4 – Constituição de equipe de produção de matérias jornalísticas, vinculadas à PMCE para cada OPM. Ex.: Criação de periódicos semanais com matéria preparada pelos profissionais da OPM.

7 EIXO 3 – ORÇAMENTO E FINANÇAS

7.1 – Pagamento de subsídios em substituição ao sistema atual baseado no soldo. É necessária a adequação do soldo através da revisão de lei regulamentar. Ninguém deve ganhar mais do que o camarada do mesmo posto ou graduação, salvo os casos de horas-aulas, diárias, ajuda de custo, etc.;

7.2 – Regulamentação quanto à inclusão do policial militar em eventos organizados pela iniciativa privada em que o acesso do público fica restrito ao pagante, devendo, neste caso, estar prevista a remuneração extraordinária do policial militar.

Exemplo: O FORTAL, CEARÁ MUSIC, ESTÁDIOS, etc. Ou uma outra opção em que pudesse haver

uma parceria com nossa Instituição, porque os organizadores de alguns desses eventos nem sequer querem colaborar com um simples lanche para os PMs, quanto mais com um carro, um abrigo, etc. “in loco”, para servir de apoio aos que ali trabalham;

Ex.: Cobrar Serviço de Segurança em Eventos Privados, empregando neles os policiais que optarem por regime de 8hs diárias, com remuneração extra. Há controvérsias sobre o assunto, mas algo precisa ser feito para que trabalhemos mais respaldados e satisfeitos. Os promotores de eventos às vezes se esquecem até de agradecer, mas, se Deus quiser, estamos caminhando para sermos plenamente reconhecidos pela população;

7.3 – Informatização – Implantação de um programa corporativo de controle e gestão financeira e operacional para a Polícia;

Ex.: Com apenas um “click” do “mouse” de um computador, o setor de controle de despesas e finanças da OPM observará o que foi gasto durante o mês (energia, água, materiais diversos, etc.), bem como, surgirá virtualmente uma perspectiva do que poderá gastar nos meses vindouros, objetivando uma maior eficácia nas economias.

8 EIXO 4 – SAÚDE

8.1 – Concretização da ampliação e adequação da rede assistencial da saúde às reais necessidades, atuais e futuras, conforme foi iniciada a possibilidade da implantação do Plano de Saúde para a família dos policiais militares, através da Empresa HAPVIDA, publicado no BCG nº 071, de 17 de 2007, (parabéns a esse Comando pelo projeto inicial);

8.2 – Descentralização da Perícia Médica (JMS), com criação de 01 (uma) na Sede, e 02 (duas) unidades nesta Capital ou região metropolitana, bem como 02 (duas) outras no Interior do Estado (Juazeiro do Norte e Sobral). Transformar a Perícia Médica (JMS) em OPM subordinada à DSAS. Fazer parcerias com outros hospitais caso o número de médicos não seja suficiente. Caso fique centralizada, torcemos para que tenhamos os meios e profissionais necessários para promover a saúde coletiva.

9 EIXO 5 – CONTROLE INTERNO

9.1 – Prosseguir no redimensionamento da estrutura correicional da PMCE, criando novas Delegacias de Polícia Judiciária Militar, geograficamente distribuída (funcionando primeiramente

nos Comandos das Unidades);

9.2 – Instrumentalização pela Corporação de um controle efetivo de letalidade resultante da ação policial, em ocorrências que envolvam confrontos armados, sejam aqueles envolvendo a morte de civis ou de policiais, objetivando assisti-los judicialmente, bem como as suas respectivas famílias. O Comandante de OPM deve assistir a seu subordinado em todos os momentos da vida (do ingresso até a passagem para a reserva na PMCE, excepcionalmente, até ao túmulo), como disse o Gen. Chinês Sun Tzu, “tratando-os como queridos filhos, que eles os seguirão até à morte dando-lhes sempre dignidade e não como se os estivesse fazendo um favor ou querendo se ver livre deles”;

9.3 – Atualizar nossa legislação nos moldes da legislação das secretarias do Estado e dos órgãos vinculados à SSPDS, padronizando, dentro do possível, toda nomenclatura dos cargos, dispensando tratamento isonômico nos critérios de ascensão funcional e distribuição de cargos comissionados, bem como, aumentar seus respectivos efetivos, considerando os seguintes aspectos:

- a) Jurisdição;
- b) Concentração Populacional e Urbana;
- c) Densidade Demográfica;

d) Índice de Criminalidade.

Ex. O novo EXTRA localizado no bairro Parangaba fica a poucos metros da 7^a Cia/5^oBPM, mas, se este signatário não estiver equivocado, sua área pertence ao território da 6^aCia/5^oBPM. Estudo que deve ser replanejado com a SSPDS e suas Instituições vinculadas;

9.4 – Abrigo para a viatura da 7^a CIA / 5^o BPM, a qual faz PB em frente ao Aeroporto Pinto Martins. Sugerimos que o Cmt daquela OPM faça uma visita ao Superintendente da INFRAERO/CE, objetivando solucionar este problema que muito tem causado desconforto e situações vexatórias aos PMs que ali trabalham, tendo em vista que precisam de um pouco de assistência no que se refere à necessidade de terem água, uma sombra e no mínimo um banheiro próximo. Por exemplo: Os PMs da CPRv têm todo apoio da gerência daquele Aeroporto, porém, a mesma administração esqueceu dos PMs da outra Cia. lá fora, ao relento, mas quando aquela viatura se ausenta da frente daquele aeroporto, logo os responsáveis filmam e ligam informando a ausência daquele carro ao CIOPS. As cabinas da Av. Beira Mar é outro exemplo importante, imprescindível, mas ainda sem estrutura para proteger os PMs das intempéries. Já conversei com o Maj. PM Carvalho, Coman-

dante da 1ª Cia / 5º BPM, sobre este fato e ele está procurando parceria objetivando solucionar esses problemas e outros de refeições, etc.;

9.5 – Mobilizar todos os meios possíveis objetivando concretizar o programa RONDA DO QUARTEIRÃO, como por exemplo:

a) Fazer um censo e convocar todos os oficiais e praças que têm cursos dentro e fora do Estado nesta área, com investimento do Estado e da União, para cooperarem com esse programa. O êxito permanente desse programa depende do envolvimento e comprometimento de todos. É uma mudança de cultura, mas, como já temos raízes nessa filosofia de trabalho, basta agora que todos empunhem a mesma bandeira;

b) Envolver a Assessoria Comunitária, junto com a Diretoria de Defesa Social, Coordenação das Áreas Operacionais Integradas, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, com ações centralizadas a partir da SSPDS;

c) Fazer um diagnóstico através das reuniões mensais coordenadas por aquela assessoria, de como otimizar os trabalhos junto às comunidades visando colaborar com o referido programa, mas necessitando de recursos e mais apoio go-

vernamental;

d) Convocar a todos os comandantes de OPMs, a exemplo do 6º BPM, que hasteiem suas respectivas bandeiras(discursos e ações), no mais alto ponto da unidade, dêem um sinal para o programa com ações em prol do referido projeto, principalmente, a maioria das OPMs do interior do estado que não remetem mensalmente a esse comando através daquela assessoria suas respectivas atas de reuniões com as demandas das comunidades;

9.6 – Alocar um instrutor de defesa pessoal com manuseio de tonfa, em cada OPM da Instituição, e num período mínimo de 02 (dois) anos, a medida que os PMs forem se habilitando, determinar o uso da referida arma por todos empregados nas diversas modalidades do policiamento ostensivo. O uso da tonfa por todo efetivo irá ser uma medida de grande impacto da PMCE e do seu poder de força contra os criminosos (é um sonho que quero realizar);

9.7 – Através do banco de talentos (oficiais e praças), que ajudamos a implementar na DE/PMCE, que é um cadastro dos PMs que detêm conhecimento especializado em determinada área, como, por exemplo, no manuseio de tonfa, então atra-

vés da DE se desloca um desses especialistas para a sede de uma das unidades da PMCE, como por exemplo, o 1º BPM, então, esta unidade convoca um PM de cada uma das suas subunidades que tenha pré-requisito no assunto, e depois de instruído num curso, retornam a suas OPMs de origem como agentes multiplicadores. Práticas semelhantes podem ser feitas com os cursos de Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Armamento e Tiro. O Cel. PM Alberto Oliveira tem um vasto conhecimento desta metodologia por ter administrado os cursos de excelência operacional nesta capital. E, naquela época, este oficial e o Cel. PM A. Oliveira foram desmotivados pelo então comando a não executar tal projeto, tendo em vista que não existiam recursos financeiros para custear os cursos para o efetivo do Interior do estado;

9.8 – Dentro do possível, determinar através de nota para boletim, que todos os PMs ao prenderem uma pessoa, no primeiro momento em que não houver mais perigo contra sua integridade física, estes digam em alto e bom tom os direitos do preso, conforme prescreve o art. 5º de nossa Constituição Federal, e que tal prática seja intensificada nas instruções de técnica policial militar nas unidades de formação desta instituição, para que o PM tenha um mínimo de conhecimento so-

bre os direitos e garantias individuais e coletivas e sobre os direitos sociais, todos constantes no art. 5º e 6º da C.F. Por exemplo, assim eu verbalizaria por ocasião da prisão em flagrante de um meliante: ---- Eu sou o Ten Cel PM Feitosa, você está preso por infração ao art. 129 do CPB; você tem o direito de falar ou de permanecer calado, tudo que você disser será usado contra ou a seu favor na Delegacia, Fórum e/ou no Tribunal; você tem direito a um telefonema para sua família e para seu advogado. É uma diretriz que a SSPDS poderia fazer cumprir expedindo portarias junto à PMCE e Polícia Civil do Estado;

9.9 – Considerando as diretrizes básicas da filosofia desse comando com o seguinte “slogan”, Segurança Pública humana, comunitária e sistêmica, sugiro incluir e/ou intensificar nas grades curriculares de todos os cursos que vêm sendo ministrados em nossas casas de ensino, as seguintes disciplinas: Policiamento Comunitário, Defesa Pessoal, com manuseio de tonfa, Direitos Humanos e Armamento e Tiro. E que este programa de Ronda de Quarteirão que envolve nossa Polícia Comunitária, tenha tanto êxito no vosso Comando que se transforme em um Plano de Governo como acontece no Estado de Santa Catarina;

9.10 – Objetivando evitar que alguns PMs se per-

petuem em determinadas funções no sistema de segurança, principalmente, aqueles que pouco sabem o que é um coldre, quanto mais atirar com uma arma, que sejam adaptados para funções operacionais, fazendo-se conhecer melhor pela tropa. Na antiga Grécia todo cidadão de respeito, de políticos como Péricles a poetas como Sófocles, participavam das batalhas. Em 432 a.C., Sócrates, por exemplo, um gênio daquele tempo, amigo do general ateniense Alcibíades, lutou ao lado dele na guerra de Potidéia, colônia ateniense da Macedônia, inclusive, salvando-o da morte. Então, por que não tentamos resgatar essa cultura e/ou algo fundamentado nessa idéia? Naquele tempo, os guerreiros odiavam ser designados para cargos leves, tradição grega, que chegou até nós por relatos de historiadores como Heródoto, Xenofonte e Plutarco. Estamos vivendo uma guerra de botões, além de não termos efetivo suficiente para fazer uma segurança proporcional à população existente no Ceará. E vossa liderança é uma das razões para que alguns PMs do nosso efetivo mude essa mentalidade e compareça ao “front” pelo menos para defender a família dele, que, com certeza, irá sair às ruas. E que, um dos principais motivos do êxodo da operacionalidade para a burocracia, trata-se de não ser cumprido literalmente o princípio da antiguidade nas confecções das escalas de serviço, devendo os esca-

lantes seguirem a doutrina milenar militar.

10 EIXO 6 – MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA

10.1 – Reformulação dos regulamentos de promoções de oficiais e praças com fixação de critérios objetivos e mensuráveis para promoção, evitando que alguns sejam atingidos pela cota compulsória sem terem conseguido galgar nem a penúltima promoção da sua carreira, enquanto outros tendo chegado prematuramente ao último posto ou graduação, apelam para averbarem tempo de serviço fictício para darem adeus à Instituição sem trabalharem quase nada na atividade fim. Fato que pode ser comprovado nos registros desta PMCE com uma simples conta de somar;

Ex.: A promoção compensatória que se restringe a classe de praças (neste caso de Soldado a 1º Sargento) deverá ser generalizada a todas às graduações e postos, porque a lei deve ser para todos cumprirem e não apenas alguns;

10.2 – Criação de um banco de dados e de um sistema de gestão de pessoal contendo as informações de todos os policiais de forma acessível para todas as Unidades, visando integrar os diversos órgãos;

Ex.: Acesso ao resumo de assentamentos das praças, cada OPM teria sua senha de acesso, fazendo o compartilhamento com as demais OPMs, agilizando desta forma dados pessoais de PMs em procedimentos administrativos em tempo hábil;

10.3 – Convênio com universidades e empresas para oferecimento de estágios, cursos, etc., da área administrativa e tecnológica, a qual é de direito ser gerenciada pela Diretoria de Ensino, (Parabéns ao Cel PM A.Oliveira, por continuar tentando resgatar a autonomia daquela Diretoria, através de exemplos como foi o da reativação do Aditivo).

11 EIXO 7 – VISÃO DO CLIENTE

11.1 – Tendo em vista que a falta da concessão tempestiva das férias ainda atinge um pequeno índice do efetivo da PMCE, sugiro aplicar medidas administrativas fazendo com que todos os PMs da corporação possam desfrutar do seu constitucional direito de férias, e para não faltar efetivo em períodos como, por exemplo: carnaval, alta estação, OPEL, etc., seja executado um plano motivacional de férias em que um maior número de PMs gozem suas respectivas férias naqueles períodos em que não aconteçam esses eventos. De modo que se aumente progressivamente o índice

de PMs que detêm esse direito, até que seja atingido o percentual ideal, a exemplo desta Diretoria e da 1ª Cia/5º BPM;

11.2 – Criar estímulo institucional ao aperfeiçoamento e qualificação profissional, através de gratificações, da oferta constante de cursos internos e de um plano de carreira ligado ao mérito;

Ex.: Esse item já funciona, precisa apenas ser generalizada à classe dos cabos e soldados, em que alguns exercem as funções de monitores, mas não são remunerados para aquele cargo;

11.3 – Fixação de carga horária de trabalho semanal dos policiais militares e pagamento de horas extras, quando for ultrapassada essa carga, bem como de adicionais noturno e de insalubridade e/ou periculosidade;

11.4 – Fazer da antiguidade e a qualificação objetiva do PM o principal critério para promoção;

11.5 – Desenvolver Programa de Capacitação Continuada gerenciado pela DE, se possível, também, à distância, usando a Internet;

11.6 – Estratégia de marketing institucional, interno e externo, que passe a divulgar com regularidade as ações positivas da PM;

Ex.: Tradicional torneio de FUTSAL do 1º BPM (Russas-CE), que é realizado nos períodos das férias escolares. Uso de “outdoors” dentro e fora dos Quartéis, inclusive com indicativos das áreas e localizações dessas Unidades;

11.7 – Reforçar a PMCE com eventos esportivos e culturais, que dá imagem positiva, sobretudo junto a jovens, utilizando-se o Serviço de Comunicação Social alavancando nossa Instituição, já que ela é patrimônio do povo cearense. Os jovens devem ser nossos alvos para que eles cresçam respeitando esse patrimônio;

11.8 – Ao Elaborar Orçamento da PMCE para Plano Plurianual (PPA), incluir um apoio de técnicos em contas públicas dos órgãos fiscalizadores, para evitarmos possíveis erros, principalmente, porque alguns dos nossos processos de admissões, referente aos últimos concursos para ingresso de Soldados nesta Instituição, estão sendo devolvidos pelo Tribunal de Contas do Estado para complementos por esta PMCE. Através da DP e DE. Devemos participar das discussões do orçamento participativo. Ex.: Fiscais do TCU, TCE e SECON.

11.9 – Exigir obrigatoriedade do exame pericial de local, de todas as pessoas (Corpo de Delito), armas e/ou objetos envolvidas nas ocorrências

que envolvam auto-resistência, objetivando evitar possíveis represálias contra nossos PMs;

11.10 – Incluir nos critérios de ascensão profissional, pontuações que valorizem ações policiais voltadas para a promoção da cidadania e a garantia dos direitos constitucionais do “slogan” da PMCE (Segurança Pública Humana, Comunitária e Sistêmica), premiando as idéias e seus realizadores;

11.11 – Igualdade de tratamento para moradores do asfalto e da favela. Criar uma política de segurança cidadã que deve reconhecer e respeitar o cidadão como sujeito de direitos, como deve ser a doutrina de uma polícia comunitária;

11.12 – Premiar policiais que demonstrem, em suas ações, uma conduta ética. Enaltecer a boa ação policial na mídia, valorizando a ação do policial, não onde ele trabalha ou com quem trabalha, valorizando as boas ações operacionais, com essa metodologia, evitando-se o êxodo da atividade fim para lugares como, por exemplo: Atividade meio, Fórum, Assembléia Legislativa, Tribunal e Casa Militar, etc. E fuga de locais como por exemplo: HPM, DAL, 3^aCia/1^oBPM,. 3^aCia/2^o BPM, 7^o BPM, etc;

11.13 – Fortalecer os canais de cooperação entre a

polícia e a sociedade. Inserir na prática policial a mediação de conflitos e o diálogo com a comunidade, viabilizando a sua co-participação nas políticas de segurança. Em estados como o de Alagoas a mediação de conflitos envolve todos os segmentos legais, e a utilização da força é o último recurso e dificilmente é utilizado. Fato vivenciado pelo Major PM Carvalho, Cmt da 1ªCia/5ºBPM, quando esteve fazendo o CSP/2006, naquele Estado;

11.14 – Investir e especializar o policiamento nos moldes do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais: Por exemplo: favelas e guetos. Divulgar os procedimentos corretos das práticas policiais, como também os programas comunitários da PMCE. Temos que ter uma avaliação das nossas ações;

11.15 – Definir critérios claros e participativos para avaliar o desempenho do comando das unidades operacionais. Criar estratégias regulares de prestação de contas à sociedade. Sem deixar de priorizar o aspecto qualitativo e o relacionamento com a comunidade. Ex.: Apresentar Gráficos Estatísticos por bairro, áreas, informativos, etc;

11.16 – Padronizar os procedimentos policiais. Elaborar manual prático e portátil, com apoio de

empresa de comunicação, e entregar uma cópia a cada policial, juntamente com apetrechos. Esta iniciativa foi transformada no Manual de Condutas, cujo autor é o Major PM Carvalho, e este livreto se encontra em fase de conclusão nesse Comando. Ex.: Lanternas, tonfas, apitos, canetas, etc;

11.17 – Ajustar as cartilhas que tratam dos direitos e deveres dos cidadãos nas abordagens policiais, de forma que o texto represente situações da realidade. Incluir nas cartilhas as leis que tratam da igualdade entre os cidadãos e distribuí-las com a comunidade escolar;

11.18 – Sugiro que todo documento que vá circular externamente, saia em forma de processo, com os anexos rubricados e, internamente, que se use a internet. Se tal fato ainda não estiver sendo plenamente executado nesse Comando;

11.19 – Considerando que atualmente a Corporação possui um total de 725(setecentos e vinte e cinco) Subtenentes, alguns contando com mais de 10 (dez) anos na graduação, e que o último Curso de Habilitação a Oficial (CHO) ocorreu no ano de 2004, solicito a V. S^a. que sejam convocados para uma reunião com o escalão superior, por meio da Diretoria de Ensino, para que seja imple-

mentado o disposto no art. 24 da Lei nº 13.729, de 11/01/2006 (DA SELEÇÃO E INGRESSO NO CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO), objetivando debate referente à lei e evitar ações judiciais e/ou que o referido curso seja realizado nesta Corporação conforme prevê o estatuto.

11.20 – Sugiro autorizar o setor competente da PMCE a tomar providências no sentido de habilitar paulatinamente, por antiguidade, os cabos e soldados à promoção imediata, conforme Lei nº 13.035, divulgando a relação mensalmente através do BCG;

11.21 – Fazer e divulgar em BCG mensalmente a classificação por antiguidade e merecimento de todos os cabos e soldados da PMCE, a exemplo dos subtenentes, sargentos e oficiais. Esse fato irá gerar um alto nível de satisfação e motivação dentro da corporação em todo o Estado do Ceará;

11.22 – Sugiro autorizar o setor competente da PMCE a tomar providências no sentido de fazer os provimentos dos cargos para soldado PM pela média final do curso, obtido em parceria entre a SSPDS/PMCE e IEPRO/FUNECE, e não pela média do concurso promovido pela SEAD/FUNECE, seguindo o exemplo das medidas administrativas

e leis de ensino aplicadas há anos aos cursos de sargentos e oficiais;

11.23 – Substituições das fichas individuais da diretoria de pessoal, em caráter urgentíssimo, tendo em vista que os campos destinados aos registros de informações, como por exemplo, a capa, ainda ter um espaço a ser preenchido, perguntando se os PPMM sabem ler e escrever ou não, bem como por ser dividida apenas em (dois) 02 itens para efeito de preenchimento do referido cadastro, como por exemplo: a) em recompensas e b) punições, sendo aquele tipo de cadastro uma espécie de registro que induz os membros da DP ao erro contra todos os componentes da PMCE, quando registram informações, como, por exemplo, férias como se fossem recompensas e uma apresentação na auditoria militar na condição de testemunha, como se fosse uma punição;

11.24 – Sugiro aumentar o efetivo do Pelotão do Raio de 07(sete) para 14 (quatorze) equipes e que algumas daquelas frações sejam criadas nas sedes das Unidades localizadas no Interior do Estado;

11.25 – Sugiro filmar eventos tipo carnaval de Aracati, clássicos do futebol, Fortal, etc. para serem estudados pela 3ª Seção/EMG e o EMESP, e melhor empregar nossa tropa nesses eventos;

11.27 – Sugiro incorporar como membros natos e permanentes da Comissão de Promoção de Oficiais o Diretor de Pessoal, o Comandante do Policiamento da Capital e o Comandante de Policiamento do Interior, perfazendo um total de 06 (seis) membros natos e restando 01 (um) Oficial Superior do último posto para ser efetivado;

11.26 – Considerando o desativamento da Creche Luiza Távora, localizada na Av. Plácido Castelo, Conjunto Tancredo Neves no bairro Jardim das Oliveiras, bem como a mesma situar-se na área circunscricional da 4ª Cia / 5º BPM. Sugiro que o Maj PM Gilvandro, Comandante daquela subunidade, faça contato junto a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETAS, objetivando a concessão daquele prédio em forma de Termo de Cessão à PMCE, haja vista, a atual sede da 4ª Cia / 5º BPM não apresentar condições de funcionamento;

11.27 – Por fim, solicito o vosso empenho no sentido de melhorar a apresentação da nossa tropa no desfile militar do dia 7 de setembro.

Ex.: Sugiro que os Policiais Militares da Corporação que compõem a equipe da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, principalmente os que estão à disposição dos Jogos Pan-Americanos, participe do evento supracitado. E que também em razão dos conhecimentos profissionais adqui-

ridos nos Cursos realizados nas Corporações co-irmãs, estes sirvam de agentes multiplicadores junto às Unidades de Ensino, coordenados pela DE / PMCE.

Diante de tudo apresentado e a guisa de conclusão, deixamos o seguinte pensamento, do grande escritor Carlos Drummond de Andrade “É em vã a luta com palavras, no entanto lutemos, mal rompe a manhã”.

“Segurança pública humana, comunitária e sistêmica”
Cel PM Bessa – Cmt Geral da PMCE



“A Logística prevê para prover e retificar”
Ten-Cel PM Napoleão Feitosa

12 EQUIPE ELABORADORA

Ten - Cel PM Luis Napoleão Feitosa – Subdiretor de Apoio Logístico

1º Sgt PM Jorge Luis de Oliveira – Digitador / Designer Gráfico

13 DISTRIBUIÇÃO

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel PM Comandante Geral da PMCE;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel PM Comandante Geral Adjunto da PMCE;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel Coordenador Geral da Administração;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Coordenador Administrativo-Financeiro / SSPDS;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel Diretor de Apoio Logístico;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel PM Comandante do Policiamento da Capital;

01 exemplar para o Ilmº Sr. Cel PM Comandante do Policiamento do Interior;

01 exemplar para arquivo no Instituto Patrimonial e Cultural da PMCE.

Total: 08 exemplares

